

# UMA MEMÓRIA PARA A TECNOLOGIA

*Fausto Colombo*

Resumo O tema da memória, quando associado ao das novas tecnologias, produz interessantes correlações na medida em que a informática — cuja presença e articulação com tecnologias mais tradicionais constitui a característica distintiva dos novos média — tem sido desde sempre um agente fundamental da evolução da arquivística enquanto fenómeno mnemotécnico. Procuraremos aqui evidenciar três aspectos dessa problemática que nos parecem fundamentais: o da tecnologia informática enquanto instrumento mnemotécnico em si mesmo; o dos conteúdos mnemotécnicos da tecnologia arquivística informatizada; e, por último, o do esquecimento como elemento estrutural e estruturante de cada forma de arquivo.

Palavras-chave Informática, arquivos, memória, internet.

## Informática e mnemotécnica

Como já tem sido salientado em vários domínios, o computador é um tipo de médium onde a memória (entendida como suporte estável ou transitório, alterado através de mudanças operadas ao nível dos dados) desempenha um papel fundamental.<sup>1</sup> A *rom* e a *ram*, somente para citar dois termos que há uns anos andavam na boca de todos os neófitos da área, são precisamente definidas como “memórias” (respectivamente *read only memory* e *random access memory*). Mesmo os suportes de registo de dados merecem a denominação de memórias, memórias de massa.<sup>2</sup> Houve quem tivesse tentado comparar a *ram* e a memória de massa a dois tipos de funções psicológicas, como as memórias a curto e a longo prazo, ou, pelo menos, às formas de articulação mnemotécnica de que a tradição retórica nos deixou abundantes testemunhos.<sup>3</sup>

Actualmente, o nosso receio é de que esta metáfora do funcionamento do computador enquanto “máquina psicológica” se enquadre numa visão redutora das potencialidades humanas. Os neurologistas, por exemplo, tendem hoje a discutir o facto de as nossas recordações individuais terem de *per se* uma consistência estável, isto é, uma formulação de *stock* de dados, propondo modelos alternativos baseados mais na estabilidade relacional do sistema neurológico do que na solidez das suas partes. Todavia, tal não torna menos interessante o problema, pelo menos do ponto de vista da auto-representação social da questão da memória.

No entanto, pretendemos ainda deter-nos um pouco mais pormenorizada-mente no facto de a informática nos ter dado a possibilidade de criarmos arquivos extremamente funcionais, pois possui condições para combinar quatro aspectos determinantes: a reduzida necessidade de utilização do espaço, a redução dos

custos, a capacidade e a agilidade nos procedimentos de busca de dados armazenados.

A reduzida utilização do espaço deve ser entendida de duas formas. Em primeiro lugar — como é sabido — a miniaturização do *hardware* andou a par e passo com um processo de miniaturização que levou das válvulas aos transístores e que desde então não mais cessou. A evolução dos computadores pessoais e dos portáteis até às pequenas agendas electrónicas demonstra precisamente como a miniaturização se constitui num dos elementos que permite ao computador infiltrar-se em espaços que até há bem pouco tempo eram apanágio do suporte de papel e da escrita manual. A segunda acepção do termo é a possibilidade de centralizar os dados num só arquivo colocado em rede com ligação a uma série de terminais. Isto permite reduzir o número de arquivos (e, portanto, também o seu congestionamento) e pensar a memória arquivística como um facto mental, já não físico, onde o problema do acesso se coloca ao nível da comunicação e não da deslocação. A evolução da internet fez, pois, despontar a questão: projectada como sistema militar (arpanet), fortemente modular por forma a permitir a sobrevivência em caso de catástrofe, a internet constitui um exemplo de “memória em rede” onde as informações podem ser dispostas em “pacotes” por vários arquivos diferentes.<sup>4</sup> De um certo ponto de vista, isto comporta a possibilidade de constituir uma grande memória composta por minúsculos arquivos disseminados no espaço geográfico...

No que concerne à redução dos custos devemos também evidenciar alguns aspectos distintos. O primeiro diz respeito genericamente ao processo fundamental de redução progressiva dos preços do *hardware*. Este aparece associado, seja ao baixo valor das matérias primas utilizadas, seja à feroz concorrência no sector. O segundo é o da substituição progressiva da propriedade pelo acesso. Os esforços para o lançamento de *net-computers*, ou seja, de terminais em condições de utilizar *software* residente na rede, não são senão o último passo de uma longa tendência que viu a utopia dos arquivos totalizantes ser progressivamente substituída pela de uma rede global de arquivos parciais, com significativas reduções na forma de aquisição de informações-recordações.<sup>5</sup> Por fim, surge o problema da duplicação de *software*, que, quer se queira quer não, não é sentido como um problema eticamente relevante pela maior parte das pessoas. Por muito delicado que seja este aspecto, deve ter-se presente que as tecnologias reprodutivas têm vindo a colocar seriamente em crise uma noção como a dos direitos de autor, pertencente precisamente a uma fase de industrialização já obsoleta.<sup>6</sup>

Também no que diz respeito à capacidade de armazenar dados, podemos distinguir diversos aspectos. Existe uma capacidade, por assim dizer quantitativa, relativa ao número de dados armazenados ou armazenáveis. Esta procede de forma inversamente proporcional à miniaturização e, por isso, hoje é possível registar no disco rígido de um *notebook* muito mais dados do que seria possível guardar num mastodóntico *mainframe*. Há uma capacidade, que poderíamos denominar qualitativa, através da qual é possível registar num CD-ROM não unicamente informações escritas, mas também imagens em movimento e sons, constituindo arquivos multicódigo. Termo mais estrito que “multimédia”, que preferiremos reservar para usos especificamente comunicativos, o arquivo multicódigo pode conjugar-se

de forma proveitosa com os livros, as videocassetes e os CD. Retomando ainda aqui algumas considerações já enunciadas sobre a dispersão dos dados na rede, torna-se evidente que esta confere uma capacidade global ao sistema-arquivo incomparável com a limitação das capacidades “locais” dos próprios arquivos. Como é do conhecimento de qualquer estudante que esteja a desenvolver uma pesquisa bibliográfica para a sua tese, a investigação e a pesquisa podem ser desenvolvidas quer procurando nos catálogos de cada biblioteca ligada à rede, quer submetendo a palavra-chave aos motores de pesquisa. É como encontrar-se perante um gigantesco arquivo sem fronteiras, de infinitas possibilidades, que conduz inevitavelmente à borgesiana biblioteca de Babel.<sup>7</sup>

A última questão, como foi dito, diz respeito à facilidade nos modos de acesso aos dados armazenados. Aqui seria oportuno voltar a referir, mas limitar-nos-emos a reenviar à vasta bibliografia sobre o assunto as abordagens sobre o estatuto específico do acesso aos arquivos informatizados, distinguindo entre o acesso sequencial e o acesso directo e, sobretudo, o problema da “miopia” (entendida neutralmente, numa acepção que recorda a que é utilizada pelos matemáticos na descrição dos logaritmos, que permitem solucionar os problemas colocados pelos labirintos) dos percursos do utilizador no próprio arquivo, cuja razão construtiva não deve necessariamente ser-lhe transparente. Deter-nos-emos então brevemente sobre uma questão ulterior: os hipertextos e as novas possibilidades de consulta que oferecem ao utilizador.

Os hipertextos são programas que gerem programas, permitindo estabelecer uma relação entre variadas funções, nomeadamente (exemplo neste caso, em nada inocente) o arquivo e a escrita. A consulta ou a utilização de um hipertexto são habitualmente designadas pelo termo “navegação”, que simboliza a capacidade de percorrer um texto passando de um modo de fruição ao outro. Assim, num CD-ROM contendo a descrição geográfica de um país, pode interromper-se a qualquer momento a “leitura” tradicional e chamar ao pormenor a composição da população, ou a história de um certo monumento numa determinada cidade, para depois voltar exactamente ao ponto onde se interrompeu a consulta. Neste caso é evidente que a “miopia” do uso do arquivo diminui, permitindo mesmo superar momentaneamente a típica dificuldade no acesso à visão global do edifício mnemotécnico. No entanto, de um certo ponto de vista, os hipertextos confirmam a efectiva ligação entre informática e memória, sendo este um dos primeiros aspectos que nos interessou relevar. Até mesmo este aspecto conhece uma declinação própria da rede, já que permite, através da navegação, uma deslocação de página a página, seguindo as várias possibilidades oferecidas pelo sistema. A rede é a materialização efectiva de um território do qual não se dão mapas completos, mas tão-só mapas locais ou repertórios “por tema”, contrapondo a “miopia” da consulta e da opacidade absoluta dos mecanismos de funcionamento do sistema à transparência dos conteúdos.

## Conteúdos mnemotécnicos e *praxis* sociais

A tecnologia da memória não esgota a discussão do tema, sobretudo se se considerar que desde sempre sustenta uma filosofia da memória social e, por conseguinte, também uma concepção do saber e da cultura.

Neste sentido, devem ser consideradas as situações onde as formas de arquivo interagem com funções específicas, como a informação. De particular interesse a este propósito são as questões relativas às transformações do jornalismo, pela introdução das tecnologias avançadas, desempenhando aqui os bancos de dados um papel determinante.

Digamos que são dois os grandes âmbitos através dos quais a progressiva infiltração das novas tecnologias operou transformações no jornalismo enquanto *praxis* social. O primeiro diz respeito ao trabalho informativo que, no entanto, conduz ainda a um produto de tipo tradicional. A partir dos anos 70 a introdução de novos sistemas de composição, de paginação e de consulta de arquivos foram a pouco e pouco dando origem ao chamado jornalismo de secretária, que frequentemente vem sendo também injustamente contraposto ao jornalismo tradicional, entendido como “perseguição física” das notícias. Este processo de transformação persiste ainda hoje, seja potenciado pelo desenvolvimento da informática e da telemática, seja “baseado” em formatos e também parcialmente em conteúdos do jornal impresso. E, todavia, é o segundo âmbito que constitui a viragem mais significativa: pensemos no caso dos serviços de informação *online* presentes na rede, sejam derivados de cabeçalhos impressos, sejam geridos e organizados no formato tradicional. Aqui a actividade produtiva encontra uma perfeita homologia com um consumo electrónico que cria, de variadas formas, situações comunicacionais inéditas.<sup>8</sup>

As reflexões que faremos neste âmbito pretendem reter de ambas as partes esses aspectos da transformação da profissão jornalística e que dizem respeito a algumas características dos novos média como a instantaneidade, a radicação cognoscitiva, a documentação icónica e a formatação.

O conceito de instantaneidade não necessita de muitas clarificações. Bastará observar que a quase totalidade das novas tecnologias difundidas no quotidiano do *newsmaking* (telemática em geral, satélite, telefax) requer uma maior aderência da notícia ao evento em termos cronológicos. Isto comporta, do ponto de vista do arquivo, um paradoxo significativo. De facto, a instantaneidade não exclui a utilidade da memorização social, mas tende a vinculá-la e prendê-la nas suas próprias lógicas. Diversas pesquisas efectuadas sobre os arquivos jornalísticos demonstram que os critérios de arquivo tendem a duplicar os da noticiabilidade, o que significa que a interpretação de um facto tende a apoiar-se na informação, removendo diferenças existentes entre discursos heterogéneos pela função e estatuto disciplinar. Dito de outro modo, os bancos de dados jornalísticos arquivam notícias que, por sua vez, aparecem como informações instantâneas e não como documentos, com todos os problemas que este facto pode acarretar.

A instantaneidade dos conteúdos contrapõe-se aparentemente ao segundo aspecto: a radicação cognoscitiva. Esta define-se enquanto nova possibilidade de o

jornalista poder aceder em directo a um evento enquadrado no seu próprio *background*. Os bancos de dados jornalísticos e, sobretudo, a sua nova legibilidade proporcionada pela informática permitem a consulta através de dois canais principais: a narração em chave tipológica (os outros casos análogos) ou histórica (os factos antecedentes dos protagonistas). A prática da documentação esteve sempre difundida no bom jornalismo. No entanto, esta prática assume hoje uma nova natureza como consequência do facto de a recepção da notícia e do acesso aos seus desenvolvimentos ocorrerem a partir da própria tecnologia devido simplesmente a um diferente “esboço” da prótese informática. Por outras palavras, para um jornalista ligado a um terminal, a proveniência do *flash* da agência, da comunicação redaccional e dos dados que se encontram na memória do arquivo é sempre a mesma: o monitor.

Justamente aqui pode observar-se como a radicação cognoscitiva e a instantaneidade não se opõem totalmente, mas participam na tendência comum de negação da especificidade do dado memorial e da sua profundidade histórica.<sup>9</sup>

O terceiro aspecto mencionado é oferecido pela nova iconografia da documentação. Pensamos aqui, essencialmente, na telemática aplicada às imagens, técnica que já permite à imprensa, bem como à televisão, mostrar com suficiente rapidez documentos de um evento, já para não falar da circulação de imagens na rede. Isto confirma a tendência para a homogeneização dos vários média (com excepção da rádio, à qual se aplicam tão-só parte das observações que estamos a desenvolver), o que contribui para a recente proeminência da imagem na sociedade da informação: um domínio que já foi discutido por diversas vezes e sobre o qual não nos pretendemos deter neste âmbito.

O quarto aspecto diz respeito à formatação, isto é, à crescente agregação das notícias em conjuntos organizados, permitida principalmente pelas novas tecnologias de edição. As suas repercussões na profissão jornalística são verdadeiramente notáveis, uma vez que este fenómeno pode produzir potencialmente um deslocamento da selecção e da composição sempre um pouco a montante e a jusante do jornalista isolado, ou também da redacção. Por um lado, alguns “pacotes” podem ser de facto preconfeccionados e, por outro, algumas transformações dos “pacotes” são produzidas igualmente na fase da redacção final: tudo isto comporta naturalmente uma redefinição das tarefas tradicionais na estrutura da cadeia produtiva da informação...

As considerações apresentadas a propósito da capacidade qualitativa encontram aqui um importante corolário. Na verdade, o facto de um arquivo ser multicódigo coloca-nos perante um fenómeno novo: um documento que não pode ser reduzido a uma série linear de parâmetros (autenticidade, exaustividade, etc.), mas ao efeito de toda a complexidade própria do audiovisual, se possível acrescida ainda da natureza hipertextual do arquivo. Todavia, com estas considerações estamos ainda do lado da natureza (tecnológica ou social) dos arquivos.

Quando nos propomos observar a verdadeira natureza dos conteúdos, deparamo-nos com a tarefa de estabelecer prioridades. Aqui colocam-se então as usuais questões sobre a memória dos vencedores contraposta à dos derrotados ou, de modo menos dramático, sobre as diversas memórias dos vários componentes sociais, dos quais só alguns chegam ao limiar da visibilidade e do reconhecimento.

## O esquecimento entre a repressão e a libertação

O último argumento abordado reenvia-nos para a questão que entendemos central e — pelo menos neste âmbito — conclusiva: o esquecimento. Por diversas vezes, como será salientado, este tema foi enunciado quer a propósito da selecção das notícias destinadas a tornarem-se dados de arquivo nos bancos de dados jornalísticos, quer da determinação social dos conteúdos da memória em geral.

Por outro lado, é inevitável observar que cada forma de memória se encontra fortemente entrecruzada com o esquecimento. Num passado recente uma vastíssima pesquisa do Instituto Gemelli-Musatti, de Milão, abordou a memória precisamente, do ponto de vista do seu oposto, com resultados bastante significativos.<sup>10</sup>

Em suma, acreditamos que a questão possa ser colocada nestes termos: cada forma de memorização, social ou individual, encontra-se fortemente imbuída no esquecimento. A memória existe sobretudo na perspectiva da oposição, dado que se constitui pela negação do desaparecimento do presente e dos seus fenómenos e, ao fazê-lo, determina assim a ideia de profundidade temporal. Mas também na perspectiva da diversidade, na medida em que cada memória, social ou individual, se determina fazendo selecções sobre o material que tem à disposição. Estas selecções podem ser prévias — e normalmente, ao nível social, são orientadas por pressupostos ideológicos (no sentido lato do termo) — ou posteriores à memorização, respondendo assim sobretudo a critérios de operacionalidade e de funcionalidade. A este nível também a ideologia tem naturalmente um papel a desempenhar. Do conjunto de elementos memorizados, submetidos a uma selecção, serão obviamente os dados mais consensuais e conformes a um certo grau de importância a serem guardados.

Coloca-se, pois, a questão da obsolescência da memória. Esta encontra-se de facto no seu término, no sentido em que os dados memorizados (por exemplo, nas tradições orais e nos suportes tecnológicos) podem sofrer — e em qualquer caso sofrem necessariamente — um processo de degradação. Procura-se obviar essa degradação através de diversos processos, que vão da filologia à interpretação crítica, da historiografia ao restauro. Estes, todavia colocam sempre e de novo o problema do esquecimento, dado que a recuperação de um dado de *per si* obsoleto é uma operação artificial, composta de critérios subjectivos e não da sua própria natureza. Aqui a relação das tecnologias com a memória, sobretudo das electrónicas e informáticas em particular, adquire extrema importância na medida em que tende a colocar-se sob a forma de um registo potencialmente universal, duradouro e estável.

Trata-se de uma pretensão implícita, nunca declarada abertamente pelos mais informados, sendo apesar disso plenamente participativa de um mito do progresso, desacreditado em muitas outras vertentes. Eis, portanto, a criação — dissimulada, sub-reptícia — da ideia de uma memória universal que se sobrepõe às memórias locais e imperfeitas, superando o esquecimento.

Uma ideia burlesca mais do que perigosa, porque, como tentámos demonstrar, a questão das memórias e da sua relação com o esquecimento não pode derivar de nenhuma escolha tecnológica. Com efeito, o ponto fulcral parece-nos residir na

acepção negativa do esquecimento como inimigo da memória, quando bastaria subverter a perspectiva para se ver o contrário: o esquecimento desenvolve, nos dois sentidos, um papel positivo e determinante nos processos de memorização.

Acima de tudo, o esquecimento é a testemunha mais fiel da transitoriedade, mas também da extraordinária elasticidade e criatividade dos processos de memorização que, ainda que limitados e imperfeitos, são significativos. Neste sentido, somente uma concepção “débil” das capacidades humanas, ao nível dos indivíduos e da espécie, mas igualmente e em particular de redes de agregados sociais, permite solucionar de forma positiva e produtiva a relação entre o arquivo e o esquecimento.

Em segundo lugar, a percepção do esquecimento enquanto agente inevitável obriga a reconsiderar cada estratégia de memorização à luz das suas escolhas de fundo, da operação da sua selecção e da reagregação cultural, reduzindo a máscara da totalidade a operações socialmente determinadas na base de identidades económicas e culturais.

Individualizar no esquecimento assim como na memória a regularidade dos processos culturais, não só serve para reler a (mnemo)técnica numa perspectiva fecunda, mas também, e sobretudo, para repensar de uma vez por todas os processos de socialização numa lógica não violenta e imperialista, mas moderada e autenticamente democrática.

Vale a pena reforçar estes conceitos a propósito da informação e das suas conexões com o que Pierre Lévy denomina de *inteligência colectiva*.<sup>11</sup> Vale a pena porque é precisamente na descoberta da perene edificação da consciência social e do contributo que as tecnologias podem oferecer a este processo que se encontram os anticorpos contra o uso desvirtuado e redutor da mnemotécnica contemporânea.

## Notas

- 1 O presente artigo encontra-se publicado em Gianfranco Bettetini; Fausto Colombo, *Eros, memória e civiltà*, Génova, Costa & Nolan, 1998, 39-52.
- 2 Sobre o tema cfr., por exemplo, G. Bettetini, “Introduzione”, in *Cronografie* (Catálogo da exposição homónima), Marsilio, Veneza, 1980, e F. Colombo, *Gli archivi imperfetti*, Vita e Pensiero, Milão, 1986.
- 3 O confronto entre tecnologia, memória e mnemotécnica voltou recentemente a ser proposto por M. Turello, *Anima artificiale. Il Teatro magico di Giulio Camillo*, Aviani, Udine, 1993.
- 4 A bibliografia sobre a internet cresceu nestes anos de forma exponencial. Neste âmbito, limitar-nos-emos a indicar, para o aprofundamento de alguns aspectos técnicos, M. Calvo, F. Ciotti, G. Roncaglia, M.A. Zela, *Internet '97. Manuale per l'uso della rete*, Laterza, Roma-Bari, 1997.
- 5 Sobre o tema da transformação progressiva da telemática sob o impulso da evolução da rede, podemos reenviar aos *Rapporti annuali* da Summit della Comunicazione Telecom, 1995, 1996, 1997.

- 6 Sobre o tema da transformação da propriedade intelectual e, em geral, do significado da autoria, veja-se, por exemplo, F. Pasquali, "Reticoli", *Nuova Corrente*, XLIII, n.º 118, 1996, pp. 315-344.
- 7 O autor refere-se a um dos capítulos da obra *Ficções*, de Jorge Luís Borges, intitulado a "Biblioteca de Babel". Cf. Jorge Luís Borges, *Ficções*, Teorema, 1997, Lisboa.
- 8 Nos jornais *online* cfr. B. Scifo, "Una ricerca sul giornale elettronico. Verso un nuovo statuto dell'informazione", in *Aggiornamenti Sociali*, ano 49, n.os 7-8, Julho-Agosto, 1998, pp. 597-604 e F. Pasquali, "I giornali on-line", *Problemi dell'informazione*, XXIII, 1, Março, 1998, pp. 109-123.
- 9 Uma conclusão deste tipo é perfeitamente congruente, parece-nos, com uma visão da tecnologia onde a máquina, apesar das suas potencialidades, não produz automaticamente efeitos sociais. Pelo contrário, as possibilidades reais do impacte da tecnologia são sempre determinadas pelo uso social que vem definido na *praxis* colectiva e nas routines profissionais. Sobre o assunto cfr. T. Maldonado, *Critica della ragione informatica*, Feltrinelli, Milão, 1997
- 10 A pesquisa foi publicada em sete volumes, com o título genérico *L'arte della dimenticanza*, por Franco Angeli, Milão, 1990. Remete-se sobretudo para o volume *Miti e mass media*, editado por G. Bettetini.
- 11 Cfr. P. Lévy (tradução italiana) *L'intelligenza collettiva. Per un'antropologia del cyberspazio*, Feltrinelli, Milão, 1996.

[Tradução de Catarina Lorga da Silva; revisão científica da tradução de Gustavo Cardoso]

Fausto Colombo. Director do Observatório da Comunicação da Universidade Católica de Milão, onde exerce também funções de docência e de investigação. É autor, entre outras obras, de *Le Nuove Tecnologie della Comunicazione* (com G. Bettetini, Milão 1993); *Media e industria culturale*, 1994; *Il Dizionario della pubblicità* (com A. Abruzzese, Bolonha 1994) e *Eros, Memória e Civiltà*, Génova, 1998. E-mail fcolombo@mi.unicatt.it URL: <http://www.unicatt.it/docenti/colombof.htm>.